

REVISTA

do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

ANO XXVIII - N. 134 - JULHO/SETEMBRO DE 2017 - ISSN 1982-1506

NESTA EDIÇÃO:

- **A inserção do Brasil no sistema de proteção regional dos direitos humanos**
>> José Antonio Farah Lopes de Lima
- **Linhas gerais da revogação do ato administrativo**
>> Heraldo Garcia Vitta
- **Reflexões sobre o artigo 362 do Código de Processo Penal**
>> Fabiano Righi
- **Aborto – uma questão jurídica e de saúde pública**
>> Reis Friede
- **O efeito direto da disciplina da Organização Mundial do Comércio e o desafio das Cortes brasileiras**
>> Natália de Lima Figueiredo



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIÃO

REVISTA

Diretor da Revista
Desembargador Federal Nery Júnior

Publicação Oficial
(Artigo 113 do Regimento Interno do TRF - 3ª Região)

ISSN 1982-1506

Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região	São Paulo	Ano XXVIII	n. 134	p. 1-627	jul./set. 2017
---	-----------	------------	--------	----------	----------------

Expediente

DIRETOR DA REVISTA: Desembargador Federal Nery Júnior

ASSESSORA: Simone de Alcantara Savazzoni

EQUIPE:

Maria José Lopes Leite / Renata Bataglia Garcia

Capa, projeto gráfico e ilustrações: Mazé Leite

Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 1990- .

Bimestral a partir de 2001.

Trimestral a partir de julho de 2012.

Repositório Oficial de Jurisprudência do TRF 3ª Região.

n. 1 (jan./mar. 1990) a n. 86 (nov./dez. 2007) [publicação impressa] - ISSN 1414-0586.

Continuada por: Revista do Tribunal Regional Federal da 3ª Região [publicação eletrônica] - n. 87 (jan./fev. 2008) a - ISSN 1982-1506.

Separata, publicação impressa parcial a partir do n. 107 (maio/jun. 2011) - nº 119 (out./dez. 2013).

1. Direito - Periódico - Brasil. 2. Jurisprudência - Periódico - Brasil. 3. Brasil. Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF 3ª Região).

O conteúdo dos artigos doutrinários e dos comentários é de inteira responsabilidade dos seus autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento desta Revista. As decisões e os acórdãos, em virtude de sua publicação em comunicação oficial, conservam a escritura original, em que esta Revista restringiu-se a realizar a diagramação, conferência com o original e padronização.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região
Av. Paulista, 1.842, Torre Sul, 11º andar
CEP 01310-936 - São Paulo - SP
www.trf3.jus.br
revista@trf3.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 3ª REGIÃO
JURISDIÇÃO: SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL

DESEMBARGADORES FEDERAIS⁽¹⁾

CECÍLIA Maria Piedra MARCONDES - 14/8/98 - Presidente⁽²⁾
MAIRAN Gonçalves MAIA Júnior - 27/1/99 - Vice-Presidente⁽³⁾
THEREZINHA Astolphi CAZERTA - 02/10/98 - Corregedora-Regional ⁽⁴⁾
DIVA Prestes Marcondes MALERBI - 30/3/89
Paulo Octavio BAPTISTA PEREIRA - 04/8/95
ANDRÉ NABARRETE Neto - 04/8/95
MARLI Marques FERREIRA - 04/8/95
NEWTON DE LUCCA - 27/6/96
Otavio PEIXOTO JUNIOR - 21/5/97
FÁBIO PRIETO de Souza - 24/4/98
NERY da Costa JÚNIOR - 17/6/99
Luís CARLOS Hiroki MUTA - 13/6/2002
CONSUELO Yatsuda Moromizato YOSHIDA - 12/7/2002
MARISA Ferreira dos SANTOS - 13/9/2002
Luís Antonio JOHONSOM DI SALVO - 13/9/2002
NELTON Agnaldo Moraes DOS SANTOS - 07/1/2003
SÉRGIO do NASCIMENTO - 02/4/2003
ANDRÉ Custódio NEKATSCHALOW - 21/5/2003
LUIZ de Lima STEFANINI - 06/10/2003
Luís Paulo COTRIM GUIMARÃES - 06/10/2003
Maria CECILIA Pereira de MELLO - 06/10/2003
ANTONIO Carlos CEDENHO - 15/6/2004
Maria LUCIA Lencastre URSAIA - 01/7/2010
JOSÉ Marcos LUNARDELLI - 01/7/2010
DALDICE Maria SANTANA de Almeida - 22/12/2010
FAUSTO Martin DE SANCTIS - 28/1/2011
PAULO Gustavo Guedes FONTES - 24/2/2012
NINO Oliveira TOLDO - 24/4/2013
MÔNICA Autran Machado NOBRE - 24/4/2013
TORU YAMAMOTO - 04/10/2013
MARCELO Mesquita SARAIVA - 04/10/2013
TÂNIA Regina MARANGONI - 04/10/2013
Luiz Alberto de SOUZA RIBEIRO - 04/10/2013
DAVID Diniz DANTAS - 04/10/2013
MAURÍCIO Yukikazu KATO - 11/12/2014
GILBERTO Rodrigues JORDAN - 11/12/2014
HÉLIO Egydio de Matos NOGUEIRA - 11/12/2014 ⁽⁵⁾
PAULO Sérgio DOMINGUES - 11/12/2014
WILSON ZAUHY Filho - 16/02/2016
ANA Lúcia Jordão PEZARINI - 16/02/2016
NELSON de Freitas PORFÍRIO Junior - 16/02/2016
VALDECI DOS SANTOS - 16/02/2016
CARLOS Eduardo DELGADO - 16/02/2016

⁽¹⁾ Composição do TRF 3ª Região atualizada até 01/09/2017.

⁽²⁾ Não integra as Turmas. Preside a Sessão Plenária e a do Órgão Especial.

⁽³⁾ Não integra as Turmas. Preside as Seções.

⁽⁴⁾ Não integra as Turmas.

⁽⁵⁾ Ouvidor-Geral da 3ª Região.

PRIMEIRA SEÇÃO

PRIMEIRA TURMA:

HÉLIO NOGUEIRA - Presidente
WILSON ZAUHY
VALDECI DOS SANTOS

SEGUNDA TURMA:

PEIXOTO JUNIOR
COTRIM GUIMARÃES - Presidente
SOUZA RIBEIRO

SEGUNDA SEÇÃO

TERCEIRA TURMA:

NERY JÚNIOR
CARLOS MUTA - Presidente
NELTON DOS SANTOS
ANTONIO CEDENHO

SEXTA TURMA:

DIVA MALERBI
FÁBIO PRIETO
CONSUELO YOSHIDA - Presidente
JOHNSOM DI SALVO

QUARTA TURMA:

ANDRÉ NABARRETE
MARLI FERREIRA
MÔNICA NOBRE - Presidente
MARCELO SARAIVA

TERCEIRA SEÇÃO

SÉTIMA TURMA:

FAUSTO DE SANCTIS - Presidente
TORU YAMAMOTO
PAULO DOMINGUES
CARLOS DELGADO

NONA TURMA:

MARISA SANTOS
DALDICE SANTANA
GILBERTO JORDAN - Presidente
ANA PEZARINI

OITAVA TURMA:

NEWTON DE LUCCA
LUIZ STEFANINI
TÂNIA MARANGONI - Presidente
DAVID DANTAS

DÉCIMA TURMA:

BAPTISTA PEREIRA - Presidente
SÉRGIO NASCIMENTO
LUCIA URSAIA
NELSON PORFÍRIO

QUARTA SEÇÃO

QUINTA TURMA:

ANDRÉ NEKATSCHALOW
PAULO FONTES - Presidente
MAURÍCIO KATO

DÉCIMA PRIMEIRA TURMA:

CECILIA MELLO
JOSÉ LUNARDELLI - Presidente
NINO TOLDO

EX-DIRETORES DA REVISTA

GRANDINO RODAS (30/03/1989 a 11/04/1993)
DIVA MALERBI (02/05/1993 a 01/05/1995)
ANA SCARTEZZINI (02/05/1995 a 27/03/1998)
SUZANA CAMARGO (19/06/1998 a 01/05/2001)
MARLI FERREIRA (02/05/2001 a 04/05/2003)
SALETTE NASCIMENTO (05/05/2003 a 01/05/2005)
NEWTON DE LUCCA (10/06/2005 a 01/05/2007)
FÁBIO PRIETO (21/06/2007 a 03/03/2010)
EVA REGINA (04/03/2010 a 31/03/2011)
MÁRCIO MORAES (12/05/2011 a 07/03/2012)
ANTONIO CEDENHO (08/03/2012 a 14/03/2014)
LUCIA URSAIA (15/03/2014 a 02/03/2016)

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

<i>A inserção do Brasil no sistema de proteção regional dos direitos humanos</i> José Antonio Farah Lopes de Lima	15
<i>Linhas gerais da revogação do ato administrativo</i> Heraldo Garcia Vitta	27
<i>Reflexões sobre o artigo 362 do Código de Processo Penal</i> Fabiano Righi.....	41
<i>Aborto – uma questão jurídica e de saúde pública</i> Reis Friede	53
<i>O efeito direto da disciplina da Organização Mundial do Comércio e o desafio das Cortes brasileiras</i> Natália de Lima Figueiredo.....	63

JURISPRUDÊNCIA

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

<i>Conflito de Competência. Ação de obrigação de não fazer proposta pela parte autora. Ação de conhecimento com o objetivo de obstar a cobrança de benefício previdenciário pago indevidamente pela administração. Competência da 3ª Seção, independentemente do tipo de ação proposta.</i> CC 0012712-41.2016.4.03.0000 Desembargador Federal Baptista Pereira	85
<i>Conflito Negativo de Competência. Ação de ressarcimento de benefício previdenciário indevido. Revisão administrativa das datas de início da doença e de início da incapacidade, daí decorrendo, a conclusão de que seria indevida a concessão de auxílio-doença. Demanda de natureza previdenciária. Competência das Turmas que integram a 3ª Seção deste Tribunal.</i> CC 0012713-26.2016.4.03.0000 Desembargador Federal Nelton dos Santos.....	93

DIREITO ADMINISTRATIVO

Recurso Administrativo. Desvio de função. Inocorrência. Redistribuição. Discricionariedade. Violação aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade. Inocorrência.
RecAdm 0015613-26.2009.4.03.0000
Desembargador Federal Luiz Stefanini101

Ação Civil Pública. Controle judicial de políticas públicas. Possibilidade em casos excepcionais. Inexistência de violação de separação dos poderes. Direito à saúde. Construção de posto de saúde em comunidade indígena. Afastada a reserva do possível diante da efetivação do mínimo existencial.
ApelReex 0001609-68.2010.4.03.6104
Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 109

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. CNDs. Expedição sem a observância das formalidades legais. Lesão ao erário e atentado a princípios da administração. Dolo e nexo de causalidade comprovados. Princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
AC 0007739-29.2010.4.03.6119
Desembargador Federal Nelson Dos Santos 122

Servidor. Empréstimo consignado. Limite de 30%.
AC 0003358-87.2014.4.03.6102
Desembargador Federal Hélio Nogueira 136

Portador de hanseníase. Isolamento e internação compulsória. Pensão especial. Lei nº 11.520/2007. Comprovação. Implantação do benefício.
AC 0004642-15.2014.4.03.6108
Desembargadora Federal Diva Malerbi 139

Mandado de Segurança. Pedido de refúgio de menores incapazes. Ausência de ambos os genitores. Falta de comprovação da guarda legal. Possibilidade. Situação de vulnerabilidade.
AMS 0021813-09.2014.4.03.6100
Desembargadora Federal Mônica Nobre151

Mandado de Segurança. Servidor público federal. Acumulação de cargos privativos de profissionais de saúde. Jornada semanal superior a 60 (sessenta horas).
AMS 0000573-02.2016.4.03.6000
Desembargador Federal Souza Ribeiro 154

Mandado de Segurança. Ensino superior. Irregularidade no certificado de conclusão do ensino médio. Expedição de diploma em curso superior. Possibilidade.
AMS 0002475-78.2016.4.03.6100
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 162

Agravo Regimental. Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela. Ação Popular. “Feira da madrugada”. Nova determinação do juízo para que suspenda execução das obras. Proteção do patrimônio histórico. Questão estranha aos contornos da lide proposta. Estabilização da demanda. Paralisação que impõe graves riscos à ordem pública e econômica.
AgRg SLAT 0023152-96.2016.4.03.0000
Desembargadora Federal Cecília Marcondes167

CRF. Multa. Responsabilidade técnica. Horário integral de funcionamento. Existência de farmácia: manipulação ou dispensação de medicamentos. Clínica de diagnósticos por imagem. Lei nº 13.021/2014.
AI 0002429-22.2017.4.03.0000
Desembargador Federal Carlos Muta173

DIREITO AMBIENTAL

Ação Civil Pública. Infrações ambientais. Área de preservação permanente. Conflito de normas. “Tempus regit actum”.
AI 0021900-92.2015.4.03.0000
Desembargador Federal André Nabarrete 183

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ação Civil Pública. Universidade. Cumprimento artigo 52 da Lei nº 9.394/1996. Um terço professores com dedicação em tempo integral. Obrigação de fazer. CDC.
AC 0007828-46.2009.4.03.6100
Desembargador Federal Nery Júnior.....209

Quebra de sigilo bancário por requisição administrativa decorrente de análise de movimentação financeira frente às declarações de imposto de renda. Constitucionalidade. Plenário da Suprema Corte. Juízo de retratação. Multa punitiva de 112,5%. Confisco não caracterizado.
ApelReex 0005291-49.2011.4.03.9999
Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 218

DIREITO PENAL

Tráfico internacional de pessoa para o fim de exploração sexual. Tipicidade. Participação. Pena.
ACr 0000528-13.2011.4.03.6181
Desembargador Federal Cotrim Guimarães.....235

Crime contra a administração da justiça. Falso testemunho. Dolo configurado. Coação. Afastamento. Condenação mantida. Dosimetria. Pena-base. Maus antecedentes. Inaplicabilidade. Confissão espontânea. Reconhecimento. Substituição por restritivas de direitos.
ACr 0003269-91.2011.4.03.6127
Desembargador Federal Maurício Kato.....238

Artigo 273, § 1º e § 1º-B, I e VI do CP. Distribuição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais, sem registro na ANVISA, de uso e comercialização proibidos no Brasil. Materialidade, autoria e dolo comprovados. Dosimetria da pena. Aplicação da pena do artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Entendimento do STJ.

ACr 0016048-47.2011.4.03.6105

Desembargador Federal José Lunardelli243

Tráfico de entorpecentes e moeda falsa. Materialidade comprovada. Autoria e dolo comprovados. Dosimetria. Concurso formal próprio. Regime inicial aberto. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Execução provisória. Possibilidade.

ACr 0000671-13.2015.4.03.6132

Desembargadora Federal Cecília Mello270

Tráfico transnacional de drogas. Coação moral irresistível. CP, art. 22. Absolvição.

ACr 0009774-83.2015.4.03.6119

Desembargador Federal Nino Toldo 279

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Atividade especial. Tensão elétrica. Sentença “ultra petita”. Recebimento de auxílio doença previdenciário. Aposentadoria especial. Termo “a quo”.

REOAC 0003493-94.2007.4.03.6183

Desembargador Federal Newton De Lucca285

Pensão por morte. Labor rural. Não comprovação. Regime de economia familiar descaracterizado. Proprietário. Contribuinte individual. Agricultor voltado ao comércio. Agropredatório. Obrigação de recolher contribuições.

AC 0000262-92.2009.4.03.6117

Desembargador Federal Carlos Delgado294

Aposentadoria por idade. Ausência de prévio requerimento administrativo. Autores trabalhadores rurais. Benefícios deferidos administrativamente no curso da ação. Contestação do mérito. Pretensão resistida. Benefícios devidos desde a citação.

AC 0016096-32.2009.4.03.9999

Desembargador Federal David Dantas302

Aposentadoria por idade urbana. Relação de emprego não configurada. Estabelecimento prestador de serviços obviamente familiar. Requisitos não atingidos. Tutela revogada. Determinada devolução de valores recebidos a título de tutela antecipada.

AC 0008440-67.2012.4.03.6103

Desembargador Federal Toru Yamamoto305

Aposentadoria especial. Sentença condicional. Sentença nula. Laudo técnico ou PPP. Ruído. Requisitos preenchidos. Termo inicial.

ApelReex 0009429-23.2014.4.03.6000

Desembargadora Federal Lucia Ursaia..... 312

Recebimento de benefício por incapacidade (LOAS) e exercício de atividade remunerada simultaneamente. Possibilidade. Liquidação de sentença. Embargos à Execução.

AC 0038092-76.2015.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos320

Seguro-desemprego. Mandado de segurança.

AMS 0011489-86.2016.4.03.6100

Desembargadora Federal Tânia Marangoni325

Auxílio-doença. Concessão. Requisitos legais preenchidos. Laudo produzido por fisioterapeuta. Possibilidade.

ApelReex 0002882-90.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio328

Pensão por morte. Esposa. Contribuinte individual. Pagamento das contribuições previdenciárias pelos dependentes. Impossibilidade.

AC 0012798-51.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento333

Salário-maternidade. Segurada empregada urbana. Demissão. Manutenção da condição de segurada. Responsabilidade pelo pagamento. INSS. Direito ao benefício.

AC 0015416-66.2017.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias338

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Agravo Interno. Decisão da Vice-Presidência. Negativa de seguimento a Recurso Excepcional. Correspondência entre o acórdão recorrido e a orientação do Tribunal Superior. Impossibilidade de rediscussão do acórdão paradigma. Parcelamento ou pagamento à vista com remissão e anistia instituídos pela Lei nº 11.941/2009.

Ag Resp AI 0018351-50.2010.4.03.0000

Desembargador Federal Mairan Maia349

Agravo Interno. Artigo 1.021 do CPC. Embargos Infringentes. Desaposentação. RE 661.256. Repercussão geral. Ata de julgamento publicada no Diário Oficial. Artigo 1.035, § 11, do CPC.

Ag EI 0035925-28.2011.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis353

Ação Civil Pública. Previdenciário. Legitimidade ativa. Ministério Público Federal. Sindicato. Autorização assemblear. Lista de substituídos. Recurso Especial Repetitivo 1.401.560/MT. Amplitude. Medidas judiciais antecipatórias. Precariedade. Provisoriedade. Reversibilidade. Análise nos próprios autos e no mesmo juízo em que revogada/reformada a decisão judicial anterior. Princípio do juízo natural. Artigo 933 do CPC/2015. Inaplicabilidade. “Da mihi factum, dabo tibi jus”. Coisa julgada. Abrangência territorial.

ApelReex 0005906-07.2012.4.03.6183

Desembargador Federal Paulo Domingues356

Embargos à Execução. Agravo Interno (artigo 1.021 do CPC). Acolhimento dos cálculos elaborados pela contadoria judicial em valor superior ao apresentado pela conta embargada. Decisão “ultra petita”. Não ocorrência.

Ag AC 0016271-12.2013.4.03.6143

Desembargador Federal Gilberto Jordan 372

Conflito de Competência. Alteração do Regimento Interno desta Corte. Princípio da “perpetuatio jurisdictionis”.

CC 0009194-43.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior 377

Restauração de autos. Extravio. Peças essenciais reproduzidas. Ausência de impugnação.

RA 0010061-36.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Ana Pezarini 382

Reintegração de posse. Sentença transitada em julgado. Meios de desocupação. Hipossuficiência dos ocupantes. Responsabilidade do órgão público.

AI 0000426-94.2017.4.03.0000

Desembargador Federal Valdeci dos Santos..... 387

Audiência de conciliação. Não comparecimento pelo INSS. Aplicação de multa de 2% sobre o valor da causa. Viabilidade na espécie. Ausência de manifestação do desinteresse na realização da audiência por ambas as partes.

AI 0000773-30.2017.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 392

Conflito de Competência. Órgão Especial. Juízos Federais da Subseção Judiciária da Capital - previdenciário e cível. Demanda envolvendo ressarcimento de crédito oriundo de pagamento de benefício previdenciário indevido. Reconhecimento da natureza previdenciária da demanda.

CC 0001951-14.2017.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 395

Ação ajuizada por menor portador de Síndrome de Berdon objetivando realizar transplante multivisceral no exterior. Ação extinta, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V, do CPC/2015. Alteração da situação fática superveniente ao acordo realizado na primeira demanda. Causas de pedir diversas. Ações distintas. Inexistência de coisa julgada. Apelo parcialmente provido para afastá-la, com a remessa dos autos à primeira instância para regular processamento. Concessão de tutela antecipada: credibilidade da prova documental aliada à confirmação do direito ao tratamento médico adequado custeado pelo Estado em julgamento de recurso repetitivo pelo STF (artigos 300 e 311, II e parágrafo único, do CPC/15).

AC 5004634-69.2017.4.03.6100

Desembargador Federal Johonson Di Salvo..... 400

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Inquérito Policial. Questão de ordem. Investigação contra magistrado. Foro por prerrogativa de função. Cessação. Pena de aposentadoria compulsória. Recurso administrativo inominado.

IP 0003420-32.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Batista Pereira417

“Habeas Corpus”. Prisão preventiva. Conversão em prisão domiciliar. Comparecimento do réu à audiência de interrogatório de corréus sem a devida intimação. Possibilidade.

HC 0003157-63.2017.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Fontes423

“Habeas corpus”. HC 126.292 do STF. Esgotamento das vias ordinárias. Penas restritivas de direito. Execução provisória. Admissibilidade.

HC 0003207-89.2017.4.03.0000

Desembargador Federal André Nekatschlow429

DIREITO TRIBUTÁRIO

IPI. Base de cálculo. Valor do frete. Reserva de plenário.

Ag AMS 0004647-77.2013.4.03.6106

Desembargador Federal Fábio Prieto435

Aduaneiro. Cd's/dvd's, etc., contendo jogo eletrônico para aparelho de videogame. “Software”. Regulamento Aduaneiro, artigo 81, “caput”. Incidência.

AMS 0006247-43.2016.4.03.6102

Desembargadora Federal Marli Ferreira437

SENTENÇAS

Execução Fiscal. Cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ, IRRF e PIS. Dissolução irregular. Grupo econômico.

0014857-61.2010.4.03.6182

Juiz Federal Renato Lopes Becho502

Usucapião Especial Urbano. CEF/EMGEA. Contrato de locação com antigos proprietários de imóvel objeto de execução extrajudicial de financiamento imobiliário. Possibilidade, em tese, de usucapião sobre bens imóveis de empresa pública que atua na atividade econômica. Impossibilidade, no caso, em razão de posse precária e má-fé da autora.

0016945-56.2012.4.03.6100

Juiz Federal Heraldo Garcia Vitta528

Ação Penal. Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho. Trabalhadores rurais submetidos a condições degradantes de trabalho. Aliciamento de trabalhadores em outros estados da federação. Recrutamento mediante fraude. Cobrança das passagens e equipamentos de segurança de responsabilidade do empregador.

0002015-57.2013.4.03.6113

Juiz Federal Marcelo Duarte da Silva 535

Pleito de indenização por danos materiais e morais. Morte por queda em poço localizado em terreno em estado de abandono pertencente ao DNIT, vinculado à rede ferroviária. Terreno cercado e com sinalização alertando sobre a proibição de acesso sem autorização. Inexistência de comprovação de negligência pela autarquia.

0010569-86.2015.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 555

Ação de conhecimento. Fornecimento de medicamento ao tratamento de Hemoglobinúria Paroxística Noturna. Medicamento produzido no exterior e ainda não homologado pela ANVISA.

0000194-56.2016.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 562

Ação Penal. Tráfico transnacional de entorpecentes. Associação para o tráfico.

0009404-97.2016.4.03.6110

Juíza Federal Sylvia Marlene de Castro Figueiredo..... 570

Mandado de Segurança. Pedido liminar. Matrícula e ingresso no curso de Tecnologia e Análise de Desenvolvimento de Sistemas. Regime de seleção pelo SISU. Lista de espera. Comparecimento para matrícula sem as fotos exigidas.

5000241-74.2017.4.03.6109

Juiz Federal Fernando Cezar Carrusca Vieira 609

SÚMULAS

SÚMULAS DO TRF DA 3ª REGIÃO..... 621

SÚMULAS DA TURMA REGIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
FEDERAIS DA 3ª REGIÃO 625